

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.793.471 - RS (2019/0018366-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**RECORRENTE** : INSTITUTO GT3 - GRUPO DE TRABALHO DO TERCEIRO SETOR  
**ADVOGADOS** : CAROLINE GODOI DE CASTRO OLIVEIRA - PR059952  
NÁDIA PACHER FLORIANI - PR045807  
**RECORRIDO** : ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA  
**ADVOGADOS** : ELAINA EBERT CASTRO SANTOS - PR064383  
DÉBORA APARECIDA SELEME POSSEBON - PR086582  
**RECORRIDO** : FERTIPAR FERTILIZANTES DO PARANA LIMITADA  
**ADVOGADOS** : EDUARDO JOSÉ GUASTINI ROCHA - PR011464  
MARÍLIA LONGO DO NASCIMENTO - RS061840  
**RECORRIDO** : TCP TERMINAL DE CONTÊINERES DE PARANAGUÁ S/A  
**ADVOGADOS** : PAULA NOGARA GUERIOS - PR019407  
CESAR LOURENÇO SOARES NETO - PR029201  
ANDRÉ GUSTAVO MEYER TOLENTINO - PR046381  
RODRIGO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE TOZIN - PR060990  
**RECORRIDO** : INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ  
**PROCURADOR** : MARCIA DIEGUEZ LEUZINGER - DF009049  
**RECORRIDO** : INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS  
NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA  
**INTERES.** : UNIAO/VOPAK ARMAZENS GERAIS LTDA  
**ADVOGADOS** : FABIO VACELKOVSKI KONDRAT - PR036767  
ALESSANDRO DULEBA - PR036348  
CIRO GRONINGER ALBACETE CARMONA - SP174508  
ANDRÉ MURILO BERLESI - PR048619  
**INTERES.** : PETROBRAS TRANSPORTE S.A - TRANSPETRO  
**ADVOGADOS** : RAQUEL CRISTINA BALDO FAGUNDES - PR019532  
GLADYS LUCIENNE DE SOUZA CORTEZ - PR019514  
**INTERES.** : CATTALINI TERMINAIS MARÍTIMOS S/A  
**ADVOGADO** : ELIAN PRADO CAETANO - PR019788

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no art. 105, III, alíneas "a" e "c", da CF contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região assim ementado (e-STJ fl. 4.754):

ACÇÃO CIVIL PÚBLICA. PLANOS DE EMERGÊNCIA INDIVIDUAIS E PLANO DE EMERGÊNCIA ÚNICO PARA A ÁREA DO PORTO DE PARANAGUÁ. COMBATE À POLUIÇÃO POR ÓLEO E OUTRAS SUBSTÂNCIAS NOCIVAS NAS ÁGUAS. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. CERCEAMENTO DE DEFESA EM RELAÇÃO À RÉ FERTIPAR. NECESSIDADE DE PROVAS.

Hipótese em que o julgamento antecipado da lide representa cerceamento de defesa uma vez que não há nos autos qualquer prova que dê conta se existe de fato alguma instalação da ré FERTIPAR no Porto de Paranaguá e apenas com essa prova é possível o julgamento seguro da lide, considerando a relevância da causa e a necessidade de comprovação segura de que a ré FERTIPAR está submetida às normas da Lei nº 9.966/00. Apelação provida para anular a sentença e determinar o retorno dos autos à origem para que seja oportunizada à parte a produção de provas.

Prejudicadas as demais apelações.

O Ministério Público opinou pela distribuição a uma das turmas integrantes da Primeira Seção do STJ, sob os seguintes fundamentos (e-STJ fl. 5.541):

Verifica-se que a discussão posta nos autos relaciona-se com a Lei n.º 9.966/2000, que dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional, bem como com a elaboração de planos de emergência, individuais e único para a área do Porto de Paranaguá. Tal circunstância atrai a competência da Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, nos termos do artigo 9º, §1º, do RISTJ.

É o relatório.

Decido.

De fato, a natureza jurídica da demanda é de direito público, cujo julgamento cabe à Primeira Seção. A propósito:

ADMINISTRATIVO E AMBIENTAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ESGOTAMENTO SANITÁRIO. DESPEJO *IN NATURA* NO RIO SÃO FRANCISCO. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. SÚMULA N. 284/STF. ILEGITIMIDADE DA UNIÃO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. CONTROVÉRSIA CONSTITUCIONAL. RESPONSABILIDADE. ELEMENTOS PROBATÓRIOS. SÚMULA N. 7/STJ.

I - Na origem o Ministério Público Federal ajuizou ação civil pública contra a União, o Estado de Sergipe, a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - Codevasf e o Município Ilha das Flores/SE objetivando impedir a poluição hídrica do Rio São Francisco, por meio da implantação do sistema de esgotamento sanitário da municipalidade ré, em todas as áreas que lançam esgoto in natura diretamente no rio.

II - A ação foi julgada parcialmente procedente, condenando os réus em obrigações de fazer relativamente a projeto de esgotamento sanitário: sua execução, recursos, implantação e recuperação de área degradada.

III - O Tribunal *a quo* manteve a decisão monocrática.

IV - Em relação à alegação de violação do art. 1.022, a recorrente limitou-se a afirmá-la de forma genérica, sem desenvolver argumentos específicos para demonstrar a suposta mácula, ensejando a incidência da Súmula n. 284/STF nesse tópico recursal.

V - Descabe a análise da apontada ilegitimidade da União, não só por carecer do necessário prequestionamento, na medida em que os dispositivos de lei federal apontados pela recorrente como violados pelo *decisum* não foram abordados, mas também em razão do fato de que a respectiva controvérsia foi totalmente dirimida à luz de fundamentação constitucional.

VI - A alegada tese de ausência de responsabilidade civil da recorrente não merece ser conhecida, uma vez que, para confrontar o *decisum* nessa parte, seria necessário o reexame dos elementos fático-probatórios dos autos, indo de encontro às convicções do julgador que entendeu pela presença de todos os requisitos necessários à configuração da responsabilidade. Incidência da Súmula n. 7/STJ.

VII - Recurso especial não conhecido.

(REsp 1.814.111/SE, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 5/11/2019, DJe 18/11/2019.)

A matéria, portanto, é de competência das Turmas integrantes da Primeira Seção, a teor do disposto no art. 9º, § 1º, inciso XIV, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Diante do exposto, determino a remessa dos autos à Coordenadoria de Análise

# *Superior Tribunal de Justiça*

e Classificação de Temas Jurídicos e Distribuição de Feitos para que proceda à redistribuição do feito a uma das Turmas que integram a Primeira Seção.

Publique-se.

Brasília-DF, 26 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator